



Nota Técnica

Número 199
Novembro 2018

**Educação Profissional e mercado de
trabalho: ainda há muito a avançar**

Educação Profissional e mercado de trabalho: ainda há muito a avançar

Introdução

Diversos são os fatores – estruturais e conjunturais - que definem a inserção e a trajetória ocupacional dos trabalhadores, destacando-se como o mais relevante a configuração do mercado de trabalho e sua capacidade de absorção da mão de obra. Também as características socioeconômicas dos que pretendem incorporar-se ao mercado de trabalho – como renda familiar e grau de instrução, entre outras – são decisivas para determinar as condições de ingresso e de permanência na vida laboral.

A situação particular de emprego de cada trabalhador, portanto, não depende exclusivamente de suas ações e de seu percurso individual, mas das circunstâncias e das oportunidades que lhe são proporcionadas pela sociedade em que vive e que decorrem, evidentemente, das diretrizes político econômicas adotadas ao longo da história.

É consenso, no entanto, que a educação é importante para que os indivíduos alcancem uma boa colocação no mercado de trabalho e, independentemente do contexto econômico que os cercam, contribui positivamente para sua inserção. No Brasil, onde são expressivas as disparidades sociais, econômicas e regionais, a formação profissionalizante pode ser um instrumento fundamental para a inclusão social e a redução das desigualdades.

Nesta nota, pretende-se examinar a situação da Educação Profissional no país e sua relação com o mercado de trabalho. Para isso, serão apresentadas, primeiramente, as modalidades de Educação Profissional previstas na legislação. Em seguida, serão analisados o alcance e a eficácia dessas políticas, por meio de dados relativos à condição ocupacional dos trabalhadores que frequentaram cursos desse tipo. Por fim, serão expostas e debatidas as concepções sobre Educação Profissional em disputa no debate público.

A Educação Profissional no Brasil

Conforme o Decreto nº 5.154/2004, referendado posteriormente pela Lei nº 11.741/2008, a Educação Profissional é organizada em três segmentos: qualificação profissional ou formação inicial e continuada (FIC); curso técnico de nível médio; e graduação tecnológica.

A qualificação profissional é promovida por meio dos chamados cursos livres, cursos básicos, ou, ainda, cursos de formação inicial e continuada (FIC), cuja finalidade é “qualificar o profissional para o trabalho, não tendo o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade” (IBGE, 2007). Esses cursos têm duração variável, conferem certificados aos participantes e podem ser ofertados para alunos de todos os níveis de escolaridade, inclusive dispensando exigência de escolarização, a depender do tipo. Diversas instituições podem disponibilizá-los: sindicatos, escolas, igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e associações, entre outras.

Os cursos técnicos de nível médio possuem legislações próprias e diretrizes curriculares específicas, e só podem ser ofertados por escolas credenciadas pelo poder público para esse tipo de formação. Podem ser realizados de forma integrada ao ensino médio ou após sua conclusão e conferem diploma de técnico aos alunos.

Há ainda os cursos de graduação tecnológica, de nível superior, que também são regidos por legislação própria, contam com diretrizes curriculares específicas e só podem ser ministrados por escolas credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Para acessar esses cursos, é necessária, além da conclusão do ensino médio, a aprovação em processo seletivo. A realização de graduação tecnológica confere diploma de tecnólogo e não de bacharel (IBGE, 2007).

1) Indicadores da Educação Profissional

Neste tópico, será examinada a situação dos trabalhadores que participaram de cursos de qualificação profissional ou de cursos técnicos de nível médio, por meio da análise dos dados publicados no Suplemento de Educação 2016, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Do total da população em idade ativa (PIA)¹ que não concluiu o grau superior de ensino - correspondente a 145,4 milhões de pessoas -, 17,5% passaram por algum tipo de educação para o trabalho - ou seja, por qualificação profissional² e/ou curso técnico de nível médio. Esse percentual representa cerca de 25,4 milhões de pessoas, das quais 3,1% estavam realizando o curso no momento da pesquisa, e, dessas, menos de um quinto tinha idade entre 14 e 17 anos.

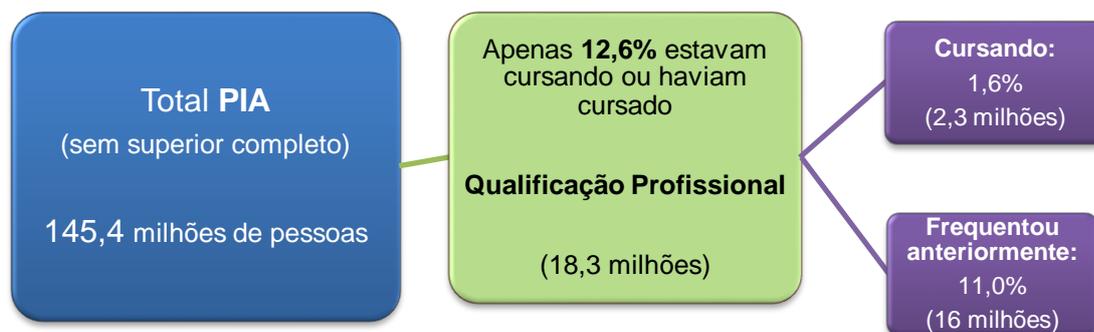
A qualificação profissional foi a modalidade mais frequentada na Educação Profissional. Do total da PIA que não completou o ensino superior, 12,6% - ou 18,3 milhões de pessoas -

¹ População com 14 anos ou mais, composta, no total, por 166.269.790 pessoas.

² As pesquisas consideram como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, que podem ser cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou não.

realizaram algum curso nessa modalidade, sendo que 1,6% o frequentavam no momento da pesquisa e os outros 11% o haviam frequentado anteriormente (Quadro 1).

QUADRO 1
Estimativa da população em idade de trabalhar (ativa) e frequência
a cursos de qualificação profissional - Brasil, 2016



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

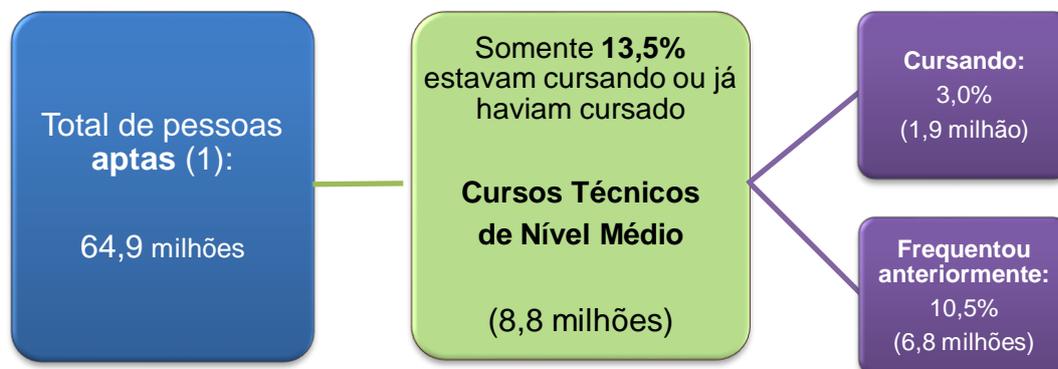
Elaboração: DIEESE

Nota: quem faz/fez QP também pode ter realizado Curso Técnico

Dos 2,3 milhões de pessoas que frequentavam cursos de qualificação profissional no momento da pesquisa, quase metade (42%) possuía nível de escolaridade médio completo e pouco mais de um terço (36%) tinha entre 30 e 49 anos, faixa etária que concentra metade da força de trabalho. Apenas 17% desses estudantes estavam na faixa entre 14 e 17 anos, que é considerada de preparação para a entrada no mercado de trabalho.

A população que frequenta ou poderia ter frequentado cursos técnicos de nível médio - ou seja, os que possuem ensino médio (incompleto ou completo) ou superior incompleto - é de 64,9 milhões de pessoas. Desses, apenas 13,5% - 8,8 milhões - os estavam cursando no momento da realização da pesquisa (3,0%) ou já os haviam cursado anteriormente (10,5%). Se considerada a população ocupada que está ou poderia estar nesses cursos (39 milhões), constata-se que 15% já os tinham frequentado ou os estavam frequentando; proporção semelhante à observada no total da população desocupada (6,4 milhões), que corresponde a essa proporção era de 14%.

QUADRO 2
Estimativa da população em idade de trabalhar (ativa) e
freqüência a cursos técnicos de nível médio - Brasil, 2016



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Nota (1) Pessoas da PIA com ensino médio incompleto ou completo e superior incompleto

Obs.: quem faz/fez CTNM também pode ter realizado curso de QP

O perfil da população que estava cursando cursos técnicos no momento da entrevista (1,9 milhão) indica o quão tardiamente esses cursos são realizados por quem está buscando qualificação - ou requalificação - para o trabalho. O maior contingente desses estudantes – 31% - estava na faixa etária de 30 a 49 anos; e apenas 23% tinham entre 14 e 17 anos, período considerado ideal para a realização de cursos desse tipo. Esse dado, associado à informação de que a juventude brasileira inicia precocemente sua vida laboral³, inclusive em concomitância com os estudos, indica que o ingresso dos jovens no trabalho ocorre sem qualquer tipo de preparação.

2) Educação Profissional e inserção no mercado de trabalho

Para fornecer subsídios à reflexão sobre as relações entre educação e trabalho, serão apresentadas informações sobre a situação ocupacional dos trabalhadores que realizaram cursos de formação profissional. A análise abrange as taxas de desocupação e de inatividade, bem como a qualidade dos postos de trabalho dos ocupados.

Para a contextualização dos dados, é importante tecer alguns comentários sobre o mercado de trabalho brasileiro, que se caracteriza pela heterogeneidade, por elevadas taxas de desemprego que marcam longos períodos de sua história e por uma estrutura ocupacional concentrada em trabalhos que não necessariamente exigem algum tipo de qualificação formal. Assim, se por um

³ Entre as pessoas de 14 a 17 anos, 80,9% estavam sem ocupação e estudando. Já na faixa de 18 a 24 anos, esse percentual cai para 21,7%, pois 51,9% das pessoas estavam ocupadas (estudando ou não).

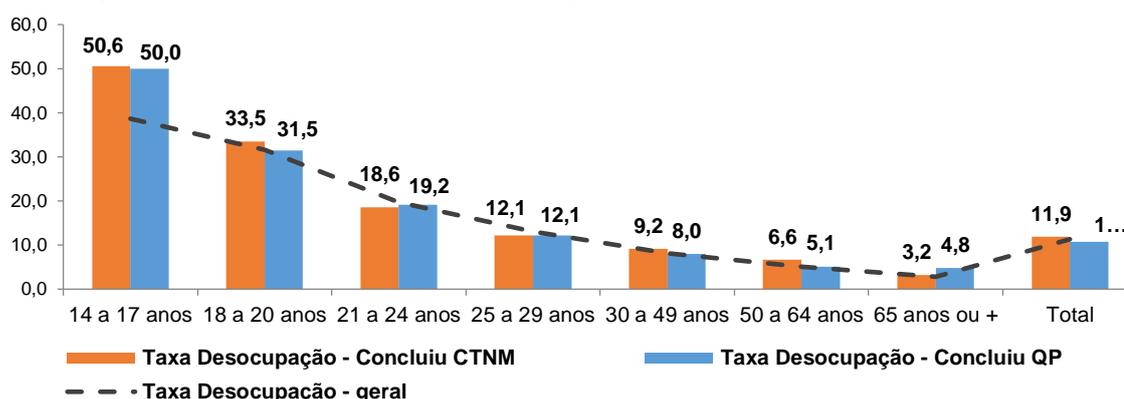
lado a Educação Profissionalizante é importante para a provisão de oferta de mão de obra qualificada – e, associada a políticas públicas, é de grande importância para a melhoria das condições de vida da população -, por outro, não se constitui, isoladamente, como solução para os problemas da falta de vagas de emprego e da baixa qualidade dos postos de trabalho.

Desocupação

Diferentemente do que se poderia supor, a realização de cursos de formação profissional não proporciona, necessariamente, maior facilidade para a inserção ocupacional. Conforme mostra o Gráfico 1, as taxas de desocupação apuradas entre os trabalhadores que concluíram cursos de qualificação profissional ou cursos técnicos são muito semelhantes às verificadas no total da população brasileira. Entre os que cursaram qualificação, essa taxa corresponde a 10,7%, ligeiramente inferior à do total da população (11,3%); e entre os que concluíram cursos técnicos equivale a 11,9%, superior àquela.

É interessante notar que, em todas as faixas etárias, há proximidade entre as taxas de desocupação dos que realizaram algum tipo de formação profissional e o total da população, à exceção da que reúne os que têm entre 14 e 17 anos, na qual a desocupação entre os que têm algum curso profissionalizante é 10 pontos percentuais superior à registrada no total da população.

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação dos que concluíram curso técnico de nível médio, qualificação profissional e do total da população por faixa etária - Brasil, 2016 (em%)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

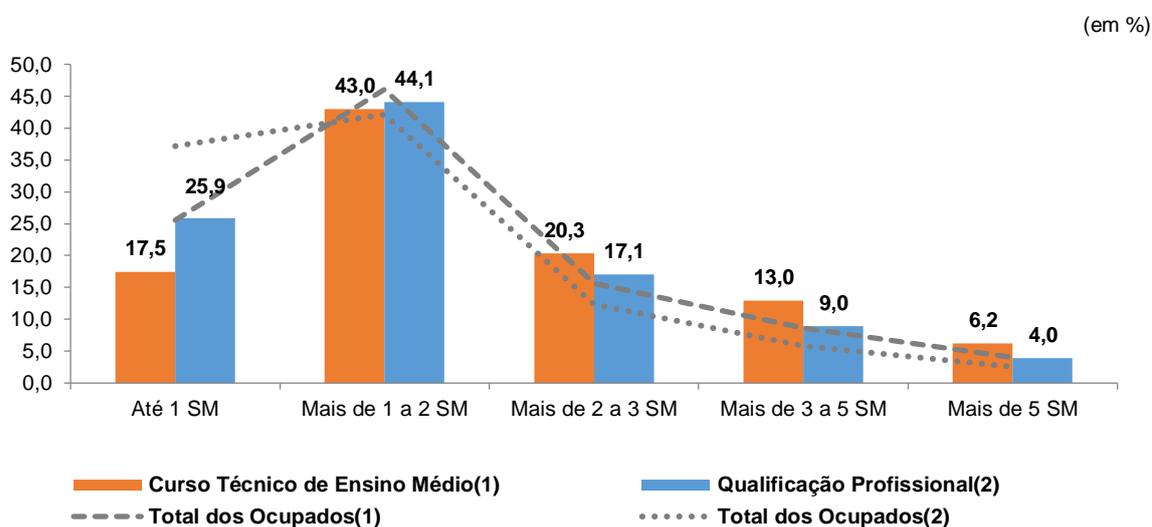
Ocupação

Ter concluído curso técnico ou de qualificação profissional gerou acréscimo de aproximadamente 20% nos rendimentos médios recebidos pelos ocupados. Em valores monetários, os que concluíram curso técnico ganhavam, em média, R\$ 1.961 - 19,5% acima do valor percebido pelo total de ocupados com nível de escolaridade semelhante, que equivalia a R\$

1.641. No caso dos que realizaram cursos de qualificação profissional, o rendimento médio correspondia a R\$ 1.644 - 20,3% a mais do que os R\$ 1.367 auferidos pelo total dos ocupados.

No entanto, esses valores evidenciam o baixo patamar das remunerações vigentes no mercado de trabalho brasileiro, independentemente de formação profissional. O Gráfico 2 revela que a maior parte dos que a concluíram - 60% a 70% - ganhava até 2 salários mínimos, acompanhando – ainda que em melhor patamar – o comportamento da remuneração do total dos ocupados.

GRÁFICO 2
Distribuição dos ocupados segundo faixa de remuneração e situação de conclusão de curso técnico de nível médio e de qualificação profissional - Brasil, 2016



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) pessoas com Ensino Médio completo ou superior incompleto; (2) pessoas com nível de escolaridade até o superior incompleto

Obs.: SM em 2016: R\$ 880

A despeito da importância da Educação Profissional como política pública de emprego, há indícios de que a realização de cursos profissionalizantes não seja suficiente para promover a inserção dos trabalhadores que os concluíram em funções compatíveis com sua formação. Dados do Suplemento da Pnad 2014⁴ revelam que, das 8,4 milhões de pessoas que contavam com curso de qualificação profissional, quase metade (47,7%) nunca trabalhou na área do curso. Entre os jovens de 15 a 29 anos (4,1 milhões de pessoas), esse percentual era ainda maior, atingindo quase dois terços do segmento (62,0%) (Tabela 1).

⁴Os suplementos da Pnad 2014 (Educação e Qualificação Profissional, com base na Pnad anual) e da Pnad 2016 (educação, com base na Pnad Contínua) tratam de pesquisas distintas e cada um deles aborda questões diferentes. Por essa razão, não é possível compará-los.

TABELA 1
Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade que concluíram curso de qualificação profissional⁽¹⁾, por exercício de trabalho na área do curso, segundo grupos de idade Brasil –2014

(em%)

Grupos de idade	Trabalhavam ou trabalharam anteriormente			Nunca trabalharam	Total
	Trabalhavam	Trabalharam anteriormente	Total		
15 a 29 anos	25,8	12,2	38,0	62,0	100,0
30 a 39 anos	51,0	13,2	64,2	35,8	100,0
40 a 59 anos	55,9	12,4	68,3	31,7	100,0
60 anos ou mais	47,7	12,5	60,2	39,8	100,0
Total	39,8	12,5	52,3	47,7	100,0

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Curso de qualificação profissional iniciado a partir de 2011, concluído com aprovação

Obs.: Exclusive estudantes/que frequentaram de curso de mestrado ou doutorado

Entre as pessoas que nunca trabalharam na área em que se qualificaram, 31,1% declararam ter como principal motivo a “falta de vaga para trabalhar na área” e 16,2% afirmaram “terem conseguido emprego em outra área” (Tabela 2). Esse resultado revela que, isoladamente, a realização de curso de Qualificação Profissional não assegura a absorção das pessoas por áreas para as quais se prepararam. Além disso, se considerados apenas os que não estavam ocupados, 24,1% informaram que o motivo por nunca terem trabalhado na área do curso era “continuar os estudos”, o que pode indicar que a qualificação profissional não foi suficiente para seu ingresso no mercado de trabalho.

TABELA 2
Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade que nunca trabalharam na área do curso de qualificação profissional⁽¹⁾ que concluíram, por situação de ocupação e principal motivo de nunca terem trabalhado na área do curso -Brasil – 2014

(em %)

Principal motivo de nunca terem trabalhado na área do curso que concluíram	Ocupados	Não ocupados	Total
Falta de vaga para trabalhar na área	31,1	31,2	31,1
Terem conseguido emprego em outra área	25,5	3,6	16,2
Falta de interesse em trabalhar na área	16,1	14,2	15,3
Continuar os estudos	5,1	24,1	13,2
Exigência de experiência na área	7,4	7,4	7,4
Problema doméstico	2,0	6,7	4,0
Curso não preparou bem para o trabalho	2,6	2,5	2,6
Não terem conseguido formar o próprio negócio na área	2,9	2,0	2,5
Outro	7,3	8,4	7,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Curso de qualificação profissional iniciado a partir de 2011

Obs.: Exclusive estudantes/que frequentaram de curso de mestrado ou doutorado

Para a análise da inserção ocupacional no mercado de trabalho, apresenta-se um ranking das 20 ocupações mais recorrentes entre os ocupados com nível médio de escolaridade e entre os que realizaram cursos técnicos.

Conforme mostra a Tabela 3, para os que concluíram curso técnico, a ocupação mais frequente é a de profissional de nível médio de enfermagem, na qual trabalhavam 386 mil técnicos. As três ocupações que a sucedem não exigem necessariamente curso técnico: balconistas e vendedores de lojas, com 180 mil ocupados; escriturários gerais, com 156 mil; e comerciantes de lojas, com 115 mil.

A comparação entre os rankings evidencia que, na prática, não há diferenças expressivas na inserção profissional de quem realizou ou não essa modalidade de educação. Entre as 20 ocupações mais comuns entre os que concluíram o Técnico, treze são também as mais recorrentes entre o total de ocupados com nível médio. Essa constatação leva à reflexão sobre a configuração do mercado de trabalho brasileiro, que se baseia principalmente em postos de trabalho dos setores do comércio e de serviços, que não exigem esse tipo de qualificação, possuem longas jornadas, baixa remuneração e recebem a maior parte dos jovens no primeiro emprego.

TABELA 3
Ranking de frequência das ocupações segundo conclusão de curso técnico de ensino médio, entre os ocupados com Ensino Médio completo ou equivalente - Brasil, 2016

Ranking		Nome da Ocupação (CBO)	Concluíram CTNM ⁽¹⁾	Total Ocupados com EM	Proporção CTNM/Total Ocupados com EM
Concluíram CTNM	Total Ocupados com Ensino Médio		(A)	(B)	(A/B)
1º	10º	Profissionais de nível médio de enfermagem	386.102	631.016	61,2%
2º	1º	Balconistas e vendedores de lojas	179.988	2.099.368	8,6%
3º	2º	Escriturários gerais	156.352	1.208.282	12,9%
4º	3º	Comerciantes de lojas	114.775	1.051.585	10,9%
5º	34º	Mecânicos e reparadores de máq. agrícolas e industriais	74.467	231.918	32,1%
6º	6º	Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	61.777	660.619	9,4%
7º	13º	Vendedores a domicilio	55.356	471.229	11,7%
8º	11º	Pedreiros	53.339	574.053	9,3%
9º	8º	Guardas de segurança	52.357	641.883	8,2%
10º	12º	Cabeleiros	48.534	477.084	10,2%
11º	40º	Eletricistas de obras e afins	48.443	206.994	23,4%
12º	60º	Contabilistas e guarda livros	48.404	116.995	41,4%
13º	61º	Técnicos em eletrônica	48.031	114.915	41,8%
14º	7º	Caixas e expedidores de bilhetes	48.014	656.383	7,3%
15º	30º	Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas	47.325	263.180	18,0%
16º	9º	Condutores de caminhões pesados	46.488	633.620	7,3%
17º	4º	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	44.893	994.986	4,5%
18º	5º	Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis	44.543	674.261	6,6%
19º	17º	Trabalhadores de controle de abastecimento e estoques	44.135	375.035	11,8%
20º	70º	Eletrotécnicos	44.021	103.436	42,6%

Nota: (1) foram considerados apenas os que declararam ter frequentado anteriormente algum curso de qualificação
 Fonte: IBGE. Pnad Contínua
 Elaboração: DIEESE

Inatividade

A pesquisa também levantou entre as pessoas que não estavam ocupadas e nem procurando trabalho o motivo pelo qual não haviam tomado providências para obter emprego. Apenas 3,4% afirmaram que lhes faltava experiência profissional ou qualificação (Tabela 4). Por outro lado, quase um terço apontou como problema a oferta de trabalho – seja porque não havia trabalho na localidade em que morava (24,4%), seja porque não conseguia trabalho adequado (7,1%). Assim,

pelo menos para essa parcela da população, o principal empecilho para a inserção no mercado de trabalho era a insuficiência de vagas e não a falta de qualificação.

TABELA 4
Estimativa das pessoas não ocupadas, segundo motivo de não ter procurado trabalho e situação de conclusão de curso técnico de ensino médio ou de qualificação profissional
Brasil - 2016

(%)

Motivo de não ter tomado providências para conseguir trabalho	Não Ocupados		TOTAL
	que concluíram		
	Curso Técnico de Nível Médio ⁽¹⁾	Qualificação Profissional ⁽¹⁾	
Não havia trabalho na localidade	12,8	16,2	24,4
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	24,1	23,3	19,2
Por problema de saúde ou gravidez	13,3	16,7	15,0
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	13,5	13,1	13,0
Não conseguia trabalho adequado	8,6	7,6	7,1
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	6,7	6,0	6,8
Estava aguardando resposta à medida tomada para conseguir trabalho	10,6	6,8	6,0
Não tinha experiência profissional ou qualificação	1,9	1,7	3,4
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	1,9	1,7	0,9
Outro motivo, especifique	6,6	6,8	4,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) foram considerados apenas os que declararam ter frequentado anteriormente algum curso de qualificação

Ainda que fatores como antecedentes familiares, classe social, renda e outros tantos - inclusive subjetivos -, certamente influenciam a inserção de um indivíduo qualificado no mercado de trabalho, os indicadores aqui apresentados acrescentam informações importantes para a análise dessas relações.

Em síntese, os que concluíram cursos profissionalizantes se deparam com um mercado de trabalho em que a disponibilidade de vagas de emprego é escassa, inclusive para ocupações mais qualificadas, o que leva as taxas de desocupação dos egressos da Educação Profissional a patamares semelhantes aos verificados entre os demais ocupados no mercado de trabalho. Além disso, praticamente metade dos que realizaram esses cursos nunca chegou a trabalhar na área do curso e insere-se em ocupações similares às que exercem os demais trabalhadores, isto é, em ocupações que exigem baixa qualificação.

3) A Educação Profissional em disputa: questões para o debate

O debate sobre Educação Profissional modifica-se de acordo com o contexto econômico e social. No Brasil, esse tema assumiu posição de destaque nos anos 1990, em função da intensificação do processo de reestruturação produtiva então em curso, que se caracterizou pela implementação de inovações tecnológicas e novos métodos de gestão e de organização da produção. No cenário em que ocorreram essas mudanças, registraram-se altas taxas de desemprego, o que levou empresários, governos e parte da academia a apontar a Educação Profissional como instrumento essencial na qualificação dos trabalhadores, visando à operação dos novos métodos de produção e à realocação dos desempregados no mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, foram realizadas profundas alterações no sistema educacional então vigente, além de reformulações nos programas de qualificação profissional, que, até 1994, restringiam-se aos requerentes do seguro-desemprego e, a partir daí, passaram a ser ofertados a todos os trabalhadores⁵ (DIEESE, 2016).

Desde a criação do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), em 1995, até a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011⁶, os programas de qualificação passaram por inúmeras mudanças, tanto da perspectiva da oferta de Educação Profissional, como dos objetivos propostos⁷. No entanto, os dados mostram que nem sempre há uma relação de “causa e efeito” entre essas políticas e a “solução” para o desemprego (DIEESE, 2007).

Ao final dos anos 2000, com a economia em expansão e o desemprego em queda, o “apagão de mão de obra especializada” era apontado como o principal entrave para o desenvolvimento do país, sob o argumento de que existiam vagas de emprego, mas não havia trabalhadores qualificados para ocupá-las. A qualificação profissional passou, novamente, a ocupar espaço relevante na agenda nacional, dessa vez também como fator de viabilização do crescimento econômico.

Assim, o debate sobre Educação Profissional no país é recorrentemente vinculado ao conceito de “empregabilidade” e, no geral, apresenta-se como solução para o desemprego e/ou para a escassez de mão-de-obra qualificada. Esses discursos são fortemente influenciados pela

⁵ Por meio da utilização de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado em 1990 e que se constituiu como fonte de recursos regulares para o financiamento das políticas que compõem o Sistema Público de Emprego, sendo abastecido por contribuições empresariais e por recursos do Programa de Integração Social (PIS).

⁶ Em 2003, o Planfor foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

⁷ Mais detalhes sobre o histórico das políticas de Educação Profissional no Brasil estão na Nota Técnica DIEESE: “Qualificação Social e Profissional: Análise de Indicadores Selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015”.

Teoria do Capital Humano, que relaciona diretamente o desenvolvimento econômico e a educação alcançada pelos indivíduos, considerando que, quanto maior o grau de instrução e qualificação, maior a produtividade e a renda. Essa visão, disseminada desde os anos 1970, perdura até os dias atuais, reforçando a ideia de que cabe ao trabalhador “investir” em sua própria educação para adquirir as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, uma vez que isso lhe permitiria obter o devido retorno, na forma de empregos e salários compatíveis com sua formação.

A disseminação dessa interpretação implica a transferência da responsabilidade aos trabalhadores, individualmente, pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória profissional, desprezando a influência do ambiente social, político e econômico no qual se inserem. Essa situação é ainda mais grave quando ocorre em uma sociedade como a brasileira, cuja história é marcada por acentuadas desigualdades, que favorecem os que dispõem de recursos financeiros e dificultam enormemente a travessia dos que provêm de famílias carentes.

Na presente análise, entende-se que o foco adequado para a compreensão do emprego é o contexto socioeconômico, bem como a configuração e as características do mercado de trabalho. Deve-se partir das significativas disparidades que caracterizam a sociedade brasileira em nível regional, social e econômico e a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, onde coexistem setor formal organizado e setores informais e precários, além de expressivo contingente de trabalhadores por conta própria, que estão desprotegidos socialmente. É necessário considerar que esse mercado de trabalho é insuficiente para atender à grande parte da população, seja pela quantidade, seja pela qualidade dos postos de trabalho que é capaz de criar.

É a partir dessa concepção - e da premissa de que a Educação Profissional é de grande importância para a promoção de inclusão social e redução das desigualdades – que foram examinados os dados aqui apresentados.

Constatou-se, primeiramente, que a taxa de desocupação dos qualificados pouco muda em relação à dos demais integrantes da força de trabalho, evidenciando que a qualificação, por si só, não implica garantia de sucesso na procura por trabalho e indicando que o problema é que todos - tanto qualificados, quanto não qualificados - se deparam com um mercado de trabalho desestruturado e incapaz de gerar a quantidade suficiente de empregos para absorver toda a mão de obra disponível.

As informações também revelaram que boa parte dos trabalhadores qualificados ocupam postos de trabalho não relacionados com a área em que se especializaram, exercendo, inclusive,

funções que não requerem qualificação formal. Além disso, embora sua remuneração seja, em média, superior à dos demais trabalhadores, a maioria dos qualificados recebe valores inferiores a dois salários mínimos.

Ainda se verifica que a formação profissional hoje ofertada não está em sintonia com as necessidades que se colocam para a juventude, em especial na fase de preparação para a entrada no mercado de trabalho, dado que jovens de 14 a 17 anos somavam menos de um quinto do total dos que cursavam qualificação e menos de um quarto dos que realizavam cursos técnicos.

Ainda há, portanto, muito a avançar em relação à Educação Profissional dos trabalhadores brasileiros. É certo, porém, que isso não ocorrerá sem que essa seja articulada com processos que visem à redução das desigualdades na sociedade na qual vivemos e que implica a reconfiguração do mercado de trabalho. No cenário atual, as políticas de Educação Profissional, articuladas com outras políticas públicas de emprego, poderiam ser elemento potencializador da inserção no mercado de trabalho, sobretudo em um período marcado por recessão, crescimento do desemprego e queda da renda. Todavia, não são suficientes para a superação das condições estruturais do emprego, que tem como atributos a curta duração dos contratos de trabalho, as extensas jornadas, os baixos salários e a precarização das contratações - quadro que, inclusive, tende a ser agravado com as recentes alterações da Reforma Trabalhista.

Não se pretende aqui, sob hipótese alguma, questionar o mérito da política de formação profissional ou negar seus efeitos positivos sobre os trabalhadores. A intenção é questionar seu papel, que não pode se restringir a remendar uma formação básica cheia de lacunas, resultando em preparo rápido para que trabalhadores pobres ocupem postos de trabalho desqualificados ou subalternos.

O esforço desta análise é fornecer elementos para a reflexão e (re)discussão da política de formação profissional, no âmbito em que o movimento sindical a concebeu e a transformou em bandeira histórica de luta, resgatando a ideia de que se constitua, efetivamente, em mecanismo de transmissão de conhecimentos necessários à prática profissional e de exercício da cidadania (DIEESE, 2007). Isso exige que se incorpore aos objetivos da Educação Profissionalizante a construção de capacidade crítica dos cidadãos, extrapolando a mera preparação para execução de tarefas de um posto de trabalho, de modo a fornecer elementos para que os trabalhadores sejam protagonistas de suas histórias e possam transformar a sua realidade e a de outros a seu redor.

Acredita-se que, dessa forma, serão criadas condições para a inclusão social, a universalização de direitos, a elevação da escolaridade, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia.

Referências bibliográficas

BRASIL. Leis e Decretos. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004** : regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação Profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>. Acesso em: nov. 2018.

DIEESE. **Cláusulas negociadas sobre qualificação profissional**: subsídios para a negociação. São Paulo: DIEESE, 2007.

DIEESE. **Qualificação social e profissional**: análise de indicadores selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: 2015. jul. 2016. São Paulo: DIEESE. (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/NTqualificacaoSocialProjetao.html> . Acesso em: nov. 2018.

DIEESE. **Qualificação profissional e mercado de trabalho**: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2011/2011qualificacaoProfissionalMercadoTrabalho.pdf> Acesso em: nov. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD: aspectos complementares da educação de jovens e adultos e Educação Profissional. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.19, n. 64, Campinas, set. 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: (1930/1973). 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretora Executiva: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Fausto Augusto Júnior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Patrícia Pelatieri – Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Equipe responsável

Camila Ikuta

Carolina Gagliano

Claudia Cirino

Fausto Augusto Junior

Gustavo Monteiro

Nikolaos Dimitriadis

Thomas Cohen

Vera Lúcia Mattar Gebrim (revisão técnica)